autuado por cintiacarrer em 10/09/2026 15:27:58.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 634/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:".

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010 – Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

Lei Federal nº 14.423, de 22 de julho de 2022 – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões "idoso" e "idosos" pelas expressões "pessoa idosa" e "pessoas idosas", respectivamente.

Lei Federal nº 14.601, de 19 de junho de 2023 – Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e

Matéria DSP 13930/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 10/09/2026 e juntado ao PL 634/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762732.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

Lei Federal nº 14.628, de 20 de julho de 2023 – Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

Lei Estadual nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007 – Consolida a legislação relativa ao idoso.

Lei Estadual nº 14.874, de 1º de outubro de 2012 – Altera a Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa à pessoa idosa.

Lei Estadual nº 18.368, de 15 de dezembro de 2025 – Dispõe sobre a execução e a organização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social no Estado de São Paulo, revoga a Lei nº 9.177, de 18 de outubro de 1995, e a Lei nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008, e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 11.242, de 24 de setembro de 1992 – Dispõe sobre o Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.270, de 19 de dezembro de 1996 – Cria o Abrigo para Idosos do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Lei Municipal nº 13.153, de 22 de junho de 2001 – Dispõe sobre a política pública de atenções de assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.327, de 13 de fevereiro de 2002 – Dispõe sobre a criação do “Banco de Alimentos”, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.642, de 8 de setembro de 2003 – Dispõe sobre notificação dos casos de violência contra o idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004 – Institui a Política Municipal do Idoso e dá outras providências.

Matéria DSP 13930/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 10/09/2026 e juntado ao PL 634/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762732.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 14.727, de 15 de maio de 2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Movimentando a Terceira Idade” e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.905, de 6 de fevereiro de 2009 – Cria o Programa de Envelhecimento Ativo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012 – Cria o Fundo Municipal do Idoso – FMID e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.738, de 9 de maio de 2013 – Dispõe sobre a democratização e participação ativa dos idosos em colaboração ao Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.809, de 14 de junho de 2013 – Institui o Programa Social Centro Dia do Idoso, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013 – Estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, criado pela Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Lei Municipal nº 16.061, de 13 de agosto de 2014 – Institui o Programa Cuidador de Idosos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.831, de 6 de fevereiro de 2018 – Dispõe sobre o acesso a informações acerca dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.452, de 9 de setembro de 2020 – Dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Lei Municipal nº 17.691, de 19 de outubro de 2021 – Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.898, de 11 de janeiro de 2023 – Dispõe sobre o Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.193, de 11 de dezembro de 2024 – Autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.

Matéria DSP 13930/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 10/09/2026 e juntado ao PL 634/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762732.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 18.210, de 26 de dezembro de 2024 – Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.381, de 7 de janeiro de 2026 – Autoriza a implantação do Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.385, de 7 de janeiro de 2026 – Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, destinado à capacitação e remuneração, pelo Poder Público, de pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital para cuidar de pessoas idosas também residentes na periferia.

Lei Municipal nº 18.406, de 15 de janeiro de 2026 – Altera a Lei nº 13.545, de 31 de março de 2003, para estabelecer novos critérios para o cálculo dos valores do auxílio pecuniário e substituir a nomenclatura “Programa Família Guardiã” por “Serviço Família Acolhedora”.

Lei Municipal nº 18.434, de 25 de março de 2026 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, o Dia Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizado, anualmente, no dia 29 de junho.

Resolução CFMH nº 23/2002 – Aprova o Programa de Locação Social.

Instrução Normativa SEHAB nº 01/2003 – Define os procedimentos operacionais para o Programa de Locação Social do Fundo Municipal de Habitação – FMH.

Publicação SEHAB nº 91.507/2006 – A SEHAB está concluindo as obras da Vila dos Idosos, empreendimento habitacional voltado para pessoas de baixa renda, maiores de 60 anos.

Decreto Municipal nº 61.282/2022 – Estabelece os critérios de elegibilidade para concessão de atendimento habitacional definitivo e de priorização da demanda habitacional no âmbito dos Programas de Provisão Habitacional do Município.

Resolução SEHAB/CMH nº 176/2023 – Dispõe sobre o referendo para aprovação de aporte financeiro do Fundo Municipal de Habitação para pagamento de despesas de consumo junto às concessionárias SABESP e ENEL geradas para os condomínios integrantes do Parque de Locação Social – Empreendimentos Asdrúbal do

Matéria DSP 13930/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 10/09/2026 e juntado ao PL 634/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762732.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

Nascimento, Mário de Andrade, Palacete dos Artistas, Senador Feijó e Vila dos Idosos.

Portaria SEHAB nº 68/2025 – Estabelece fluxos e procedimentos para identificação, habilitação e priorização da demanda de pessoas idosas a serem atendidas no Empreendimento do Programa de Locação Social, Vila dos Idosos.

PL 252/2023 Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na elaboração e execução do Programa Municipal de Cultura para a Pessoa Idosa - PCPI e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 435/2026 – "Dispõe sobre as condições de regularização de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) já instaladas em Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER) no Município de São Paulo, estabelece regime de transição e dá outras providências."

Projeto de Lei nº 548/2026 – "Dispõe sobre a inclusão de profissionais gerontólogos nos serviços de atendimento às pessoas idosas no Município de São Paulo e dá outras providências."

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 10 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13930/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 10/09/2026 e juntado ao PL 634/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762732.